

MJ quer padronizar polícias civis do Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

Estudo da Senasp aponta meios para modernização

ÁUREO GERMANO

O governo federal está realizando estudos com o objetivo de tentar melhorar a atuação das polícias civis de todas as unidades da Federação. A modernização passa, segundo relatório obtido pelo **Jornal de Brasília**, pela padronização de serviços e equipamentos e pela reestruturação das corporações e de seus recursos humanos. O documento, chamado "Modernização das Polícias Cíveis Brasileiras", foi elaborado por meio do estudo sobre as atividades da chamada Polícia Judiciária e de apuração das infrações promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ).

Participaram de sua elaboração integrantes das polícias civis de diversos estados, representantes de movimentos sindicais ligados à categoria e integrantes do Ministério da Justiça, além de outras autoridades.

O estudo, segundo fontes ligadas à sua elaboração, deverá culminar na elaboração de uma minuta de projeto de lei sobre a ser encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo. Para o porta-voz da Polícia Civil do DF, delegado Miguel Lucena, o levantamento feito pela Senasp será de grande importância para a

elaboração de novas propostas que tenham o fim de melhorar o atendimento das polícias à comunidade. "É importante porque poderá auxiliar unidades menos preparadas a equipararem seus serviços às melhores do País", afirmou.

PROGRAMA - O estudo foi terminado em agosto deste ano após ser debatido por mais de oito meses em reuniões realizadas em diversos estados. O documento conclui que o governo deverá instituir um programa específico, com designação de gestor, para a execução do conjunto de projetos a serem implementados para a modernização das Polícias Cíveis, comprometendo percentual de, no mínimo, 30% do Fundo Nacional de Segurança Pública, ao longo dos próximos cinco anos.

Também serão indicados gestores, em grupos criados nos estados com a indicação dos governos locais, para a aplicação de cursos com a finalidade de padronizar os procedimentos policiais.

O estudo também recomenda à Senasp a busca de parcerias com outras instituições do governo, como o Ministério da Ciência e Tecnologia, para dar apoio às polícias civis no desenvolvimento de ferramentas que auxiliem no

desenvolvimento da gestão e o desenvolvimento profissional e institucional.

"Notadamente nas áreas de inteligência policial (inteligência artificial, estatística, georeferenciamento etc), gestão e no aperfeiçoamento profissional, com o objetivo de diminuir custos, modernizar e criar padrões nacionais", afirma trecho do documento.

EMENDA - O documento encaminhado ao secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, também propõe que seja formulado um novo tratamento constitucional sobre a Polícia Civil, criando bases para uma proposta de emenda à Constituição nesse sentido.

Para os envolvidos no estudo, a Polícia Judiciária tem a maioria de suas ações limitadas à investigação posterior ao cometimento do crime. Caso sejam implementadas melhorias no trabalho de inteligência policial, as ações poderiam se estender à prevenção de uma maneira mais eficaz.

Outro processo semelhante de discussão deverá ser realizado em relação às polícias militares estaduais. As discussões sobre o tema ganharam força após o governo ser derrotado no plebiscito sobre a comercialização de armas no País.